

# Uma negociação sempre difícil para o governo

Octávio Costa

**D**esde 1982, o país acostumou-se a ver representantes do governo brasileiro reunidos com assessores de bancos privados estrangeiros em salões de Nova Iorque e Washington para examinar formas de pagamento da dívida externa, que, se possível, atendessem simultaneamente aos interesses do Brasil e dos credores. Pelos corredores e halls dos hotéis americanos, desfilarão ministros da Fazenda, presidentes do Banco Central e técnicos de segundo e terceiro escalão, entre eles, Carlos Geraldo Langoni, Ernane Galvêas, Delfim Netto, Afonso Celso Pastore, Dilon Funaro, Fernão Bracher, Luiz Carlos Bresser Pereira, Mailson da Nóbrega, Paulo Nogueira Batista Jr. Após tantos anos, as negociações avançaram muito pouco, mas tiveram o mérito de permitir uma conclusão. Ou bem os acordos satisfazem o apetite dos banqueiros europeus, norte-americanos e japoneses. Ou a delegação brasileira consegue empurrar o problema para a frente, passando o pepino para o próximo governo.

Agora, o governo Collor mostra-se empenhado em buscar uma solução definitiva e compatível com a capacidade de pagamento do país. Ousada e inovadora, a proposta foi apresentada durante reunião de mais de 3 horas no prédio do Citibank, em Nova Iorque, no dia 12 de outubro. Os expositores brasileiros, o embaixador Jório Dauster e o secretário de Política Econômica, Antônio Kandir, se esmeraram nos esclarecimentos ao comitê assessor dos banqueiros, com o auxílio de sofisticados gráficos e

transparências encomendados a um especialista, o diplomata escocês Robert Ballantyne, amigo da ministra Zélia Cardoso de Mello.

Os credores assistiram a tudo com atenção, mas não gostaram do que viram. Afinal, o Brasil, pela primeira vez, sentou-se à mesa disposto a impor termos independentes e duros. Os atuais títulos da dívida externa, por exemplo, devem ser substituídos por novos títulos de longuíssimo prazo. Quanto mais curto o prazo aceito pelo credor, menor a taxa de juros. E caso o credor queira resgatar o título antes do prazo do vencimento, deverá habilitar-se num leilão em território brasileiro, no qual será fixada livremente a taxa de deságio (desconto no valor original do título). Além disso, a delegação brasileira explicou que o governo Collor não assumiria qualquer compromisso em relação ao pagamento dos juros atrasados, no valor total de US\$ 8,4 bilhões.

Os banqueiros ficaram perplexos com o teor da proposta. Saíram da reunião convencidos de que, nesses termos, não haveria negociação possível. Mas aqui no Brasil as inovações da proposta foram recebidas com entusiasmo por economistas e políticos das correntes mais variadas. O Senado prontificou-se a dar respaldo ao governo, para demonstrar que a proposta corresponde aos legítimos interesses do país. O tempo passou, os ânimos serenaram, e o governo Collor, aos poucos, foi acatando sugestões dos banqueiros que não chegam a ferir a coluna vertebral da proposta original. O Brasil não arreda pé das premissas básicas. Pode até pagar agora uma pequena parcela dos juros atrasados (15%), deixando o restante para pagar daqui a 5 anos, mas não abre mão do alongamento da dívida para prazos compatíveis com a necessidade de desenvolver do país e o combate à inflação. Gostem ou não os bancos credores privados, o governo Collor, no caso da dívida externa, não está nem um pouco isolado. Ao contrário: conta com unanimidade nacional.